

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

JEAN DE CASSIO FERREIRA

**O ENSINO DE OFÍCIO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

**POÇOS DE CALDAS
2025**

JEAN DE CASSIO FERREIRA

**O ENSINO DE OFÍCIO NA HISTORIA DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado como requisito parcial do curso de
Pós em Práticas Pedagógicas, da Universidade
Federal de Ouro Preto (UFOP), sob a
orientação da Professora Dra. Heloisa Maria
Teixeira.

**POÇOS DE CALDAS
2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383e Ferreira, Jean de Cassio.

O ensino de ofício na história da educação brasileira. [manuscrito] /
Jean de Cassio Ferreira. - 2025.
25 f.

Orientadora: Profa. Dra. Heloisa Maria Teixeira.

Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro
Preto. Centro de Educação Aberta e a Distância.

1. Educação Profissional. 2. Educação - História. 3. Ocupações. I.
Teixeira, Heloisa Maria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felicio Soares - SIAPE: 1.648.092



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
CENTRO DE EDUCACAO ABERTA E A DISTANCIA - CEAD



JEAN DE CÁSSIO FERREIRA

Jean de Cássio Ferreira

"O ENSINO DE OFÍCIOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA"

Monografia apresentada ao curso de Práticas Pedagógicas da Universidade federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas.

Aprovada em 31 de Julho de 2025.

Membros da banca

Profa .Dra. Heloisa Maria Teixeira-orientador

Profa. Maria Dulcinéia Mendes

Profa. Me. Beatriz Latini Gomes Neta

Prof. Dr. Solano de Souza Braga, Coordenador do Curso, aprovou a versão final e autorizou se depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Cursos da UFOP em 11/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Solano de Souza Braga, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/09/2025, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0976537** e o código CRC **42996D13**.

Referência: Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.011408/2025-61

SEI nº 0976537

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-1355 - www.ufop.br

RESUMO

Evidenciando a importância do tema história da educação, escolas de ofício e o quanto estão presentes em nossas vidas, se fez presente algumas perguntas geradoras, tais como: o que é história da educação? o que são escolas? o que são escolas de ofício? qual a diferença entre profissão e ofício? Caracterizou-se a pesquisa, como de natureza qualitativa, pois nela estão vinculadas: notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes, o que está intrinsecamente relacionado ao escopo do estudo (Escolas de Ofício). Assim, optou-se pela utilização de uma pesquisa de cunho bibliográfico focado na História da Educação, mais especificamente sobre as Escolas de Ofício. Para além da revisão de literatura utilizou-se a pesquisa documental no intuito de resgatar informações históricas relativas ao contexto das leis que permeiam esse cenário, desde o período imperial até o republicano. Verificou-se que o trabalho favoreceu um conhecimento detalhado do panorama educacional brasileiro, o qual possibilitou uma viagem na linha do tempo. Os jesuítas chegaram ao Brasil e deram os primeiros passos para o desenvolvimento educacional do país. Ao longo do tempo, houve lutas, divergências, convergências e necessidades épicas que culminaram em diretrizes, leis e políticas públicas construindo o horizonte educacional profissional e de ofício. Este processo se estendeu em ritmo lento, com avanços e retrocessos, causando grandes transformações na educação ofertada atualmente. É relevante considerar que o Brasil criou leis que resguardaram o direito à educação e seus benefícios à sociedade. Espera-se com este trabalho refletir sobre o histórico da educação e a importância de manter a busca por uma educação de qualidade que atenda as necessidades do país, mas também atenda aos anseios da população, leve à construção da autonomia e gere oportunidades iguais para todos.

Palavras-chave: Escolas de Ofício. Ensino Profissionalizante. História da Educação.

ABSTRACT

Evidencing the importance of the theme history of education, trade schools and how present they are in our lives, some generating questions were asked, such as: what is history of education? what are schools? what are craft schools and what is the difference between profession and craft. The research was characterized as of a qualitative nature, as it is linked to: notes, interviews, photographs, records and reminders, which is intrinsically related to the scope of the study (Trade Schools). Thus, it was decided to use a bibliographical research focused on the History of Education, but specifically on the Craft Schools. In addition to this literature review, documentary research was used in order to rescue historical information regarding the context of the laws that permeate this scenario, from the imperial period to the republican period. It was verified that the work favored a detailed knowledge of the Brazilian educational panorama, which allowed a journey through the timeline. The Jesuits arrived in Brazil and took the first steps towards the educational development of the country. Over time, there have been struggles, divergences, convergences and epic needs that culminated in guidelines, laws and public policies building the professional and professional educational horizon. This process extended at a slow pace, with advances and setbacks, causing major changes in the education currently offered. It is relevant to consider that Brazil created laws that safeguarded the right to education and its benefits to society. This work is expected to reflect on the history of education and the importance of maintaining the search for a quality education that meets the needs of the country, but also meets the wishes of the population, takes autonomy and generates equal opportunities for all.

Keywords: Craft Schools. Professional Education. History of Education.

SUMARIO:

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA -----	6
2 - PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS -----	11
3 - A HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL -----	12
4 - O ENSINO PROFISSIONAL NA HISTORIA -----	15
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	22
6- REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS -----	24

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a importância do tema história da educação, escolas de ofício e o quanto a educação se faz presente em nossas vidas, algumas perguntas geradoras se fazem presentes nesta pesquisa, tais como: o que é história da educação? o que são escolas? o que são escolas de ofício? e qual a diferença entre profissão e ofício?

Para iniciar as reflexões é preciso adentrar no universo educacional brasileiro desde a sua implementação pós-descobrimento. Considera-se o início do processo educacional com a chegada, em 1549, dos primeiros jesuítas ao Brasil, que vieram com a intenção de catequização dos povos originários aqui existentes, por meio do ensino de suas doutrinas e culturas, incluindo a língua portuguesa. Os entraves foram iminentes porque não teriam sucesso em executar os ideais propostos para a terra nova, se não ensinassem os nativos a ler e a escrever. Com isso, deram início às escolas elementares, as quais somavam cinco estabelecimentos em 1570. Dois séculos depois, em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil, mas deixaram como herança 18 colégios, além de seminários e inúmeras escolas de ler e escrever instaladas em quase todas as aldeias e povoações da colônia (NETO & MACIEL, 2008, p.186).

A partir deste período é possível responder algumas perguntas como: Quando surge a noção de historicizar a educação no Brasil? Quando e onde surgiu a primeira escola no Brasil? Quando surge a noção de ofício no Brasil? Quando e onde surgiu a primeira escola de ofício no Brasil?

O ensino de ofício no Brasil se emerge de forma mais consolidada com a criação de duas instituições: a chamada Casa Pia, fundada em 1799, na cidade de Salvador, Bahia e o Colégio das Fábricas, fundado em 1808, na cidade do Rio de Janeiro.

O Colégio das Fábricas, de caráter público, surgiu com o intuito de capacitar pessoas para suprir a mão de obra da nova demanda industrial do período de D. João VI. Eram compostas de dez unidades em diferentes endereços com 2 (dois) professores, oito mestres de ofícios e 57 aprendizes. Entretanto, não perpetuou e foi desativado, em 1812, por não suportar a concorrência com o comércio inglês.

Já a Casa Pia, uma instituição de caráter filantrópico que objetivava fornecer assistência às crianças pobres e órfãs, contou com campanhas para arrecadação de recursos. As crianças instaladas nesta instituição, recebiam alfabetização, instrução religiosa e treinamento em ofícios, através dos quais poderiam, quando adultos, levar uma vida digna e útil à sociedade. A preparação profissional também serviria para aliviar a crônica carência de mão de obra qualificada em Salvador (MATTA, 1996, pp. 33-35).

Segundo Fonseca (1961), esta instituição também passou a atender, com o passar do tempo, a todos os marginalizados e desocupados e não mais somente aos órfãos, de modo que o ensino de ofícios ficou cada vez mais acessível a sociedade e, dessa forma, a instituição da

Casa Pia passou a capacitar ainda mais pessoas para o trabalho. Estes ensinamentos de ofícios eram lecionados por mestres que ensinavam aulas práticas e necessárias à época. Nesse sentido, a educação informal e o ensino de ofício perdurou ao longo do período colonial.

Ao expulsar os jesuítas em 1759, a educação na colônia passou por reformas instituídas pelo Marquês de Pombal – Ministro dos Negócios do Reino de Portugal que exerceu controle quase absoluto entre os anos de 1750 e 1777. As reformas Pombalinas resultaram na criação e aplicação dos chamados estudos menores e secundários, através das aulas régias, estabelecidas em Portugal e em suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759.

As aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja – foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Na prática o sistema das Aulas Régias pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais.

A permanência praticamente inalterada do sistema das *Aulas Régias* no Brasil da virada do século XVIII para o seguinte, estendendo-se ainda durante o Primeiro Reinado, deveu-se à continuidade dos modelos de pensamento de nossa elite cultural. Existia um grande descompasso entre o pretendido pelo governo – tanto o português quanto o brasileiro, após a independência – e aquilo que as condições sociais e econômicas viriam permitir, dentro de um modelo produtivo excludente, escravista e pautado numa mentalidade que contribuía para se perpetuar tal situação. (CARDOSO, 2004, p. 190)

Em termos educacionais, o Brasil Imperial continuou a valorização da formação humanística porém com foco também na formação em cursos superiores. Em 1824, foi promulgada a primeira constituição do Brasil e ela estabelecia a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos e previa a criação de colégios e universidades. Conforme eram denominadas as cadeiras mantidas pelo Estado, os professores que tivessem interesse em lecionar deveriam se submeter aos concursos públicos para serem admitidos. O salário não era bom, a quantia era muito inferior ao merecido e, dependendo do tipo da aula e do local de trabalho, os pagamentos chegavam atrasados.

O cenário educacional brasileiro, durante o império, favoreceu a divisão da educação em quatro níveis distintos: Pedagogia, que abrangia o primeiro grau que conhecemos como ensino fundamental 1 (um); Liceus, focados no ensino do segundo grau e ensino de ofícios; os Ginásios, que correspondiam ao ensino médio e as Academias responsáveis pelo ensino superior.

De acordo com Weidemann (2018), no contexto do século XIX, muita coisa foi acontecendo como, por exemplo, o aumento da população nos centros urbanos e, assim, sendo necessário treinar mais pessoas para o trabalho qualificado. Principalmente aquelas pessoas consideradas menos favorecidas, os pobres, os mulatos, os índios, entre outros. Neste sentido começaram a surgir as escolas de ofícios advindas de forma privada, através da população que

começou a compartilhar seus ofícios com aqueles que os desejavam aprender. Desse modo, seguia o império com algumas aulas régias ministradas à elite e as aulas de primeiras letras e ofícios aos marginalizados da sociedade. Em torno dos anos 60 deu-se origem também as escolas polivalentes cujo nome deriva da trabalhos em várias áreas, de acordo com RESENDE (2009) estes modelos de escolas começaram a surgir no período da ditadura militar mais precisamente no estado de Rio Grande do Sul fruto de um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a Agência Norte Americana para o desenvolvimento Internacional (USAID) e só foi possível após 1964 período em que a nação brasileira sofreu o golpe militar. Os Estados Unidos da América destinou – se recursos para que fossem criadas as escolas modelos chamadas então de Polivalentes estas escolas tinham objetivos fantásticos como de preparar o aluno não somente para o mercado de trabalho mas também para a vida. Neste modelo de ensino não lecionava apenas disciplinas escolares, ensinava-se também técnicas se simulava a prática do dia a dia. Portanto esta parceria MEC/USAID se extinguiu e como os recursos para manter os laboratórios eram muito elevados sem os recursos oriundos dos Estados Unidos não foi possível a manutenção porém é relevante mencionar que as atividades relacionadas às práticas e técnicas das escolas Polivalentes encerraram-se na escola no ano 2008, dando lugar à escola com o formato Escola tradicional.

Entretanto, em 1889, ocorre a proclamação da república no Brasil trazendo grandes transformações no país, entretanto, no campo educacional as aulas primárias e os ensinamentos de ofícios continuaram sendo oferecidos para a população como forma de melhorar a escassez de profissionais necessários ao trabalho. Para fundamentar estes acontecimentos Andrade (2019) afirma que:

Em fins de 1909, o governo brasileiro lançou uma iniciativa para garantir a jovens órfãos ou oriundos de famílias pobres a oportunidade de adquirir habilidades técnicas e se capacitar profissionalmente. No discurso oficial da época, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices buscava incutir nos adolescentes a cultura do trabalho e formar cidadãos úteis à nação. Passados 110 anos, essas escolas são consideradas o marco inicial de uma política nacional de educação técnica e profissionalizante, que resultou na criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ligada ao Ministério da Educação (MEC), hoje com 644 *campi* espalhados pelo país (ANDRADE, 2019, p.2).

Busca-se analisar através do problema de pesquisa: Como as escolas de ofício emergiram-se na história da educação do Brasil e quais foram suas contribuições para as diretrizes da educação profissional?

As escolas de ofício começaram a se evidenciar no final do império e início da primeira república ganhando mais força em 1930 na segunda república, quando o Brasil começou a adentrar o capitalismo. O mundo da produção exigia mão de obra profissionalizante cada vez mais, favorecendo assim o avanço de ensinamentos e aprendizes.

No Estado Novo (1937-1945), o investimento em educação visou principalmente a

formação de cidadãos alinhados com os ideais do regime, através da nacionalização do ensino e da promoção de valores patrióticos. Houve um crescimento da rede pública, mas com foco na educação primária e na formação de mão de obra para o mercado. Nesse período, a educação profissional recebeu grande atenção, com o objetivo de formar técnicos e mão de obra especializada para atender às demandas da indústria e modernização do país, dentro de uma visão centralizadora e autoritária. Essa política educacional, conhecida como "dualidade educacional", buscava preparar diferentes grupos sociais para distintas funções, com uma ênfase na educação profissional para as classes menos favorecidas e uma formação mais ampla para as elites.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema o sistema de ensino passa por reformas e cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Conforme Lima (1969), no período de 1946 a 1963, chamado de Nova República, o Estado determinou como obrigatório o cumprimento do ensino primário, deu autonomia para União legislar sobre diretrizes e bases da educação, e reafirmou o direito de todos a educação. Neste período várias diretrizes foram criadas até fundar um Ministério próprio para a educação.

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe militar que deu origem ao período de ditadura. Muitos pensadores e professores que acreditavam na evolução e transformação da educação brasileira se calaram devido ao período antidemocrático uma vez que, a liberdade de expressão e a criticidade foram oprimidas pelo Estado. Porém, as universidades avançaram nesta época, mas para ingressar havia um processo classificatório favorecendo apenas a classe dominante. Pela reforma de 1971, todas as escolas deveriam ofertar cursos profissionalizantes e, ao final do 2º grau, o aluno deveria ser habilitado em uma determinada profissão, caráter mantido apenas pela rede pública de ensino, já que muitas escolas particulares mantiveram o caráter de formação e de preparação para as universidades.

Estuda-se por meio dessa pesquisa o contexto histórico do processo educacional profissionalizante até a educação presente no atual mundo acadêmico. Far-se-á, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, análise de como as escolas de ofício influenciaram as diretrizes de educação profissional no Brasil, para chegarem ao que se conhece nos dias de hoje.

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho é caracterizado pela sua natureza qualitativa, pois segundo Creswel (2014), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo as entrevistas, fotografias, registros e lembretes, o que está intrinsecamente relacionado ao escopo desse estudo (Escolas de Ofício). Os pesquisadores

qualitativos buscam entender um fenômeno em seu contexto natural. De modo geral, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que pressupõe que o significado dado ao fenômeno é mais importante que sua quantificação.

Os resultados de pesquisas qualitativas se destinam a explicar somente o fenômeno ou o contexto em que a pesquisa foi aplicada, não sendo capaz de generalizar os resultados para uma população ou para outros contextos diferentes. A abordagem qualitativa vai além daquilo que se possa medir, porque não é possível mediar as conclusões individuais e nem medir o subjetivo. Ao efetuar uma pesquisa bibliográfica sobre um determinado assunto se assume o risco de obter conclusões adversas, onde cada indivíduo faz a sua interpretação. O ideal é sempre ir em busca de encontrar a resposta às próprias indagações, com um fim. Assim acontece a arte da ciência metodológica (CRESWELL, 2014)

Segundo autores como Fernandes (1977), Demo (1989) e Martins (2004), a abordagem metodológica perpassa pelos acontecimentos ocorridos, os problematizando e prevendo resultados diversos. Não existe uma hipótese pré-estabelecida, já que isso não é possível, pois há muitas discussões acerca de um mesmo assunto. No entanto, o que a maioria dos autores almeja é apontar o seu ponto de vista sobre o tema, buscando compreender a sua aplicabilidade no contexto estudado. Segundo Castro e Tavares (2017), a história da educação sofreu impactos desde sua origem. Um fato interessante a evidenciar é que mesmo com a chegada dos jesuítas, após a descoberta do Brasil em 1500, não se falava em políticas públicas e diretrizes educacionais. Já os países europeus estavam bem avançados quanto a este quesito. Desse modo é perceptível a metodologia qualitativa utilizada no trabalho de pesquisa.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa documental é o estudo dos objetos e livros, quais sejam as fontes dos fatos, tendo que passar por três etapas: a análise do documento a ser utilizado, a organização dos mesmos e a redação. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, sendo usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas em determinado momento da história. Por essa razão é um tipo de pesquisa bastante utilizada nas ciências sociais e humanas. Quanto à organização, Fonseca (2002, p. 32), orienta: A melhor forma de organizar os documentos para análise é filtrando por tempos e temas abordados nestes documentos com os objetivos buscados pelos pesquisadores. Assim, será realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico focado na história da educação. Conforme Jorge (2024), a área analisa a evolução e as transformações educacionais, no âmbito nacional e mundial, ao longo do tempo, ou seja, desde os primórdios até os dias atuais. A história da educação infantiza todos os elementos pertencentes às instituições escolares que, nem sempre, foram locais apropriados, como por exemplo, os primeiros espaços de ensinamentos eram ao ar livre. Conforme demonstram as pesquisas, não havia um espaço em alvenaria como os espaços escolares atuais e o objetivo era desenvolver as práticas de ofícios que eram executadas, testadas e

aprimoradas. Os ofícios são tipos de ensinamentos praticados, ou seja, não há como ensinar o ofício culinário se não cozinhando e obviamente a teoria que se faz presente, na maioria das vezes, antecede a prática. A junção de todos estes elementos constitui o que chamamos de formação do conhecimento, objetivo principal da educação que também atua como gestor de transformações, uma vez que afeta as práticas sociais, culturais e políticas de cada época.

A caça, a pesca, construção de moradias e outras técnicas de povos muito mais antigos que o advento da escrita precisavam ser repassadas de uma geração a outra. O ensino de ofícios, portanto, precede qualquer formalização teórico-pedagógica e urge culturalmente como necessidade de sobrevivência e aperfeiçoamento de atividades que davam maior possibilidade de adaptação ambiental aos homens da comunidade em que se inseriam. Com o passar do tempo, as civilizações começaram a desenvolver sistemas mais estruturados de ensino, como as escolas da Grécia Antiga, que introduziram conceitos filosóficos e científicos que ainda influenciam a educação moderna.

O ensinamento de ofícios teve forte importância na Europa do século XVIII, que vivendo a Revolução Industrial, necessitava, cada vez mais, de mão de obra. Durante esse período, o aprendizado de ofícios ocorria principalmente nas fábricas, onde os trabalhadores eram ensinados por outros mais experientes ou por meio da observação e prática direta no processo produtivo. Essa forma de aprendizado, muitas vezes informal, era uma resposta à demanda por mão de obra especializada para operar as novas máquinas e sistemas de produção.

Entre o final do século XIX e o século XX, período conhecido como a Segunda Revolução Industrial, a educação de ofícios, na Europa, passou por transformações significativas para atender à crescente demanda por mão de obra especializada nas fábricas. A formação de trabalhadores adaptada às novas tecnologias e processos industriais foi crucial para o desenvolvimento econômico da época. Essas inovações exigiram uma mão de obra mais qualificada para operar máquinas e sistemas complexos, o que ocasionou no desenvolvimento de cursos técnicos e profissionalizantes. É nesse período, também que a educação como um direito fundamental, como temos hoje, começou a dar seus primeiros passos.

Para além dessa revisão de literatura, também utilizar-se-á a pesquisa de leis educacionais, no intuito de resgatar informações históricas relativas ao contexto das leis que permeiam os períodos imperial e republicano.

3 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação começou no Brasil com a chegada dos jesuítas, os mesmos eram padres vinculados à Companhia de Jesus, ordem da Igreja Católica, criada por Inácio de Loyola. Segundo Ribeiro (1988), a ordem dos jesuítas buscava evangelizar os nativos pregando a religião católica por onde estivessem. Os primeiros jesuítas chegaram no Brasil com Tomé de Souza, primeiro governador da colônia brasileira. A Companhia iniciou seus principais objetivos sob a liderança de Manoel da Nóbrega. Ao iniciar a catequização precisaram estabelecer os locais de atuações, aos quais denominaram missões.

A ideia primordial era de catequizar os nativos pela via da educação, segundo o modelo português. Essa metodologia começou a tomar forma porque os jesuítas viram a necessidade de se comunicar com os indígenas, uma vez que não falavam a mesma língua. Os padres falavam português e os indígenas falavam tupi. Desse modo, o padre José de Anchieta desenvolveu um manual, que mesclava elementos do português com idiomas nativos, que auxiliava na comunicação dos jesuítas com os nativos. Desse modo, muitas crianças indígenas aprenderam a ler e escrever.

Os jesuítas, frequentemente, defendiam os indígenas contra as tentativas de escravização pelos colonos portugueses. Para tanto, buscava mantê-los em aldeamentos e promovia a catequização. Essa defesa, contudo, estava intrinsecamente ligada à sua missão de conversão religiosa, e não necessariamente à valorização da liberdade dos povos indígenas. A presença dos jesuítas foi interrompida em 1759, quando foram expulsos do território do Brasil. Entre as razões que explicam esse acontecimento, estão o desejo da Coroa portuguesa de centralizar a administração colonial, o controle sobre as riquezas e o poder da Companhia de Jesus, e o conflito de interesses entre a ordem religiosa e o projeto de colonização do Marquês de Pombal. Segundo Franco (2007), o Marquês de Pombal, principal ministro do Estado português os expulsaram devido a uma visão avessa à dos franciscanos, ou seja, o despotismo esclarecido. Ele não concordava com a ação da igreja católica em Portugal e na colônia.

Após a expulsão dos jesuítas, a questão educacional foi transferida para o Estado. Como não haviam professores capacitados, Pombal tentou transferir a obrigatoriedade da educação para o setor privado. Ainda sob a administração pombalina, foram criadas 17 aulas de ler e escrever no Brasil e a instituição de um fundo financeiro para a manutenção dos estudos reformados, denominados de subsídio literário. Em 1777, após a morte do rei D. José I, Pombal foi afastado do poder. O trono foi sucedido pela rainha D. Maria I que, acusando Pombal de corrupção, modificou quase todas as obras dele, inclusive as educacionais. Ele, que se declarava inocente, sofreu uma grande frustração, voltando a seu palácio onde ficou até a sua morte aos 83 anos de idade (FRANCO, 2007)

Em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, desembarcaram mais de 60 mil livros que compuseram a Biblioteca Nacional. A presença da família real no Brasil fizeram uma pressão para que incentivos ocorressem na educação, como por exemplo a criação das primeiras escolas superiores. De acordo com a historiadora Maria de Lourdes de Fávares (2021), esses locais, além de atender a aristocracia e a família da nobreza também possuía uma ideia marcante que era a preparação profissionalizante e preparação para o trabalho no serviço público.

Em 1822, o Brasil independente escolhe a monarquia como forma de governo. Em 1823, a comissão constituinte apresentou à assembleia um texto em que se via a possibilidade de criação de escolas primárias e universidades em vários locais (SILVA, 1969, p. 192). Segundo o projeto constitucional de 1823 foram criados os seguintes artigos:

O Art. 251 do projeto constitucional referia-se à responsabilidade do governo em instituir leis e decretos sobre “[...] o número de estabelecimentos úteis e sua constituição”. O Art. 252 instituída, de modo genérico, a liberdade de ensino, consignada nestes termos: “É livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que responda pelos abusos”. história da Educação De acordo com o projeto constitucional de 1823, para os brancos ou supostamente brancos haveria educação escolar formal, conforme o disposto no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial, nos termos do Art. 254.

Promulgada a Constituição, em 1824, ainda não estava claro como seria o sistema educacional brasileiro, porém a ideia da educação como um direito de todos e dever do Estado já estava presente no artigo 179. Em 1826, a Comissão de Instrução Pública organizou o sistema educacional em quatro graus: pedagogias, liceus, ginásios e academias, porém a situação não sofreu grandes mudanças. Foi somente em 15 de outubro de 1827 que os legisladores criaram a lei que daria origem às escolas de primeiras letras em todas as cidades mais populosas. Portanto, este tipo de escolarização era bem complexo porque havia um único professor para muitos alunos e não havia separação por série. Consequentemente, o ensino era ministrado de forma ampla e os professores recebiam bem mal, quando eram remunerados.

Também em 1827, após intensos questionamentos sobre o local e a quantidade, surgiram dois cursos de Direito, um em São Paulo e o outro em Recife. A criação desses dois cursos superiores visava a formação da elite escravocrata brasileira. Esses foram os únicos cursos de direito em todo o Império (FERREIRA Jr., 2010, p. 37). O problema encontrado com a criação dessas instituições foi que não se encontravam mestres para lecionar, porque eram escassos os pretendentes, além de muitos recusarem devido ao baixo salário oferecido e isto fez com que a ideia enfraquecesse.

O ensino profissional, durante o período imperial, ficou sob responsabilidade de instituições mantidas, pela sociedade civil ou igreja, quase sempre com características

próprias da caridade e da filantropia, na maioria das vezes voltadas às camadas pobres da população, determinando sua fixação numa vida de submissão e obediência (BATISTA; MÜLLER, 2021, p. 60-61).

Na segunda metade do século XIX, por iniciativa de entidades da sociedade civil, surgiram os Liceus de Artes e Ofícios nas cidades mais populosas do Brasil. Foram elas: Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Os Liceus de Artes e Ofícios durante o Império Brasileiro foram instituições de ensino profissional que desempenharam um papel crucial na formação de mão de obra qualificada para diversas áreas. Essas escolas surgiram como resposta à necessidade de um ensino mais prático, aplicado às artes e ofícios, em um contexto de desenvolvimento industrial e urbano.

Além do Liceus de Artes e Ofícios, também havia o Instituto Comercial do Rio de Janeiro com total de alunos matriculados em torno de 53 alunos e o curso Comercial de Pernambuco que não excedia o total de 25 alunos. Já as escolas agrícolas não prosperaram devido a falta de recursos, alunos e outros. Fávero (1996), concorda que não houve grande avanço na educação, levando em consideração o aumento da população e dos centros urbanos devido ao desenvolvimento do capitalismo e da necessidade do trabalho técnico nas indústrias.

Em 1930, inicia-se o governo de Getúlio Vargas, que trouxe consigo bastante violência ao reprimir a população e seus opositores. Nesta época foi criado o Ministério da Educação e Saúde que trouxe grandes mudanças no ensino existente. Desenvolveu-se a Universidade do Brasil e ocorreu a padronização da universidade federal como pública. Segundo Müller (2010) foi criado o Serviço Nacional da Indústria (SENAI). Porém, o acontecimento que mais significou neste período foi o fechamento das escolas estrangeiras com a nacionalização do ensino no Brasil e a destinação de prédios para este fim.

A Constituição de 1946 trouxe consigo também, a descentralização dos encargos com a educação na esfera da União para os Estados e Distrito Federal. Ao Estado cabia arcar com a obrigação da educação primária e formação dos professores, mas agora, na nova carta os três níveis de ensino puderam se expandir dentro do sistema estadual, com autonomia pedagógica. A partir deste período foi introduzida uma lei específica para a educação que deu origem às diretrizes e bases da educação e culminou com a Lei nº 4.024, de 1961.

A Constituição democrática de 1946 foi revogada pela Ditadura Militar que através da crueldade e perseguição alteravam e bloqueavam todo e qualquer movimento ideológico e político que fosse contrário aos ideais militares. Porém, observa-se que, em plena ditadura militar, é instituída a lei 5692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1971, que juntamente com a lei 5540/68, vieram complementar a LDB vigente. A lei 5692/71 versava sobre a reforma do ensino do 1º e 2º graus na qual ficou definido que o 1º grau seria ampliado para 8 anos. Contemplando o Primário e o Ginásio. O 2º grau que chamamos hoje, de Ensino

Médio, teriam 3 anos. Outra mudança importante foi a solidificação do Ensino Supletivo, que se fez necessário na época para atender o atraso na escolarização da população e a falta de mão de obra qualificada para atender ao parque industrial. Lembrando outro fato importante que ocorreu nesta época foi a obrigatoriedade da formação técnica no 2º grau. Este processo poderia levar entre 3 e 4 séries anuais dependendo do curso pretendido, o que vigorou até 1985.

Com o fim da ditadura militar, após quase 21 anos de violência, repressão e controle militar do país ocorre a eleição de Tancredo Neves. Com as mudanças políticas e sociais surgem novas alterações legais que deram origem à Constituição de 1988, que está vigente há mais de 30 anos. Os artigos da Constituição que mais impactam na educação são: o Art. 205, o qual define que,

a educação será um direito de todos e um dever do estado e da família e será promovida e incentivada com o apoio e participação da sociedade em geral, visando a preparação do cidadão para a prática da cidadania e a qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

O Art. 206 que define:

educação será ministrada sobre os princípios de igualdade para acesso e permanência. (BRASIL, 1988)

Art. 208, prescreve que:

o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988)

Art. 213 diz que:

Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988)

4 – O ENSINO PROFISSIONAL NA HISTÓRIA

Conforme já relatado nas seções acima, a intenção dos jesuítas era evangelizar e escolarizar os nativos. Para tanto, precisavam de uma educação integral para as crianças indígenas, mamelucas (assim chamados os filhos de índios com brancos), órfãs e filhas de portugueses. As crianças aprendiam o português, a religião cristã, o canto orfeônico e música instrumental. Ainda haviam outras opções divididas em duas modalidades, a primeira o ensino profissional e agrícola e a segunda a gramática e viagem de estudo à Europa.

Neste processo as opções de ensino de gramática, ler e escrever e outras disciplinas mais relevantes eram destinados aos filhos de portugueses, já as crianças indígenas, além das primeiras letras e do catolicismo, eram capacitadas ao ensino profissional agrícola e de ofícios. Isso significa dizer que, embora houvesse um plano escolar em vigência, era diferente a forma de educação dos descendentes portugueses e dos nativos. No entanto, os jesuítas tentavam seguir um documento curricular o *Ration Studium*.

O *Ratio Studiorum*, elaborado em 1599, era a diretriz curricular era a base do conteúdo pensado pela Igreja. No documento, constava o ensino da gramática média, gramática superior, humanidades, retórica, filosofia e teologia. Nos locais de ensino da Companhia de Jesus, o comportamento exemplar das crianças era bastante cobrado pelos padres. Os alunos que desrespeitassem os princípios morais e cristãos eram punidos com castigos.

Nos primeiros anos do século XIX, após a chegada da família real ao Brasil, a educação teve um avanço com a criação das primeiras escolas superiores. É do ano de 1808, a fundação da Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. (XAVIER, 1992)

Segundo o periódico “O Auxiliador da Indústria Nacional” (1833-1896), as escolas militares e da marinha também passaram a praticar o ensino de ofícios, a princípio para a formação da sua própria mão de obra. Com o aumento da quantidade de militares, após a Independência do Brasil, houve a multiplicação das escolas militares e seus arsenais. No ano de 1836, além do Arsenal do Rio de Janeiro, havia os do Pará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Também no século XIX, conforme afirma Cunha (2000), nas oficinas de todo o Brasil haviam menores aprendendo ofícios artesanais e manufatureiros e, neste sentido, o ensino de ofícios foi ficando cada vez mais presente no cenário brasileiro. Além do ensino em quartéis do exército e marinha, entre os anos de 1840 e 1865, foram criadas dez casas de educandos artificies – Pará (1840), Maranhão (1842), São Paulo (1844), Piauí (1849), Alagoas (1854), Ceará (1856), Sergipe (1856), Amazonas (1858), Rio Grande do Norte e Paraíba (1859). A casa dos educandos eram mantidas integralmente pelo Estado. Constituíram-se a partir de iniciativas de presidentes de províncias autorizados por leis e assembleias provinciais legislativas. Os cursos oferecidos, bem como a quantidade de alunos por cursos eram divididos da seguinte maneira: 47 alfaiates, 30 sapateiro, 25 músicos, 13 pedreiros, 7 marceneiros, 4 serradores, 4 carapinas, 4 funileiros, 1 espingardeiro, 1 tanoeiro, 1 Caldeireiro, 1 maquinista. Portanto, os cursos e as quantidades de aprendizes ampliaram cada vez mais. Em 1853, o ensino desses ofícios a serem lecionados nas próprias escolas ou em estabelecimentos governamentais como a escolas regias e por particulares aumentaram e chegaram a totalizar 300 alunos nestas escolas (CUNHA, 1979, p.8).

Embora ainda não houvessem muitas fábricas no Brasil, a partir de 1873, surgiram as Escolas Industriais, decorrentes da iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional,

que já mantinha uma escola noturna para alunos a partir dos 14 anos que fossem aprovados através de exames de admissão. Segundo a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foram criados vários projetos no sentido de acolher e ensinar ofícios aos jovens, principalmente aos mais pobres. Estes movimentos de ensinos de ofício no Brasil contribuíram para que os governos dessem uma atenção maior para a educação profissional no país.

Em 1909, as escolas de ofício ofereciam formação técnica profissional e mesmo tendo iniciado com objetivos assistencialistas representou um marco importante na educação profissional dos brasileiros. Neste contexto, o país passava por crescimento no número de indústrias e o Ministério da Educação através de uma rede de educação profissional e tecnológica ampliaram os *campus* de escolas profissionalizantes pela federação. As escolas de ofício atenderam uma necessidade econômica da época e por isso se considera que influenciaram as diretrizes da educação profissional tecnológica.

Conforme Cunha (2000), estas escolas possuíam dois objetivos, o primeiro era assistencialista. O governo tinha a intenção de acolher os jovens provenientes de famílias pobres. O segundo objetivo era de afastá-los dos vícios e da criminalidade, fornecendo-lhes um ensino de ofício, o qual acreditavam ser uma forma de vencer as dificuldades da luta pela existência. Entretanto, com o aumento do número de indústrias no país, fez-se necessário a formação de mão de obra especializada em todos os ramos. Embora o país, ainda, fosse agroexportador já possuía mais de 600 indústrias no início do século XX. Subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, estas escolas começaram a ser instaladas em janeiro de 1909. Era a primeira vez que o estado brasileiro assumia a responsabilidade pela educação profissional em todo território brasileiro.

No começo do governo de Getúlio Vargas as fábricas e indústrias se ampliaram ainda mais. Com isso, em 1934, Vargas sancionou um decreto que permitia a expansão do ensino industrial. Em 1942, houve mudanças no cenário educacional brasileiro e os liceus viraram escolas industriais e técnicas. O ensino profissional ganhou grau secundário, indo além dos parâmetros esperados pelas escolas de aprendizes artífices, afirma Marinho (1995). Com a evolução das indústrias, o governo passou a investir em vários tipos de formação.

Em 1945 houve a queda do governo de Getúlio Vargas, mas seus ideais permaneceram e surtiram efeito. A economia brasileira melhorou significativamente entre 1930 e 1964. A indústria passou a ocupar cada vez mais lugar de destaque no cenário nacional. As populações rurais começaram a migrar para os centros urbanos em busca de trabalhos na indústria, deixando o trabalho agrícola e artesanal. Como consequência a educação é afetada pela política econômica e ficou claro que havia uma defasagem na formação educacional. Os levantamentos mostravam que 56% da população com idade superior a 15 anos eram analfabetos. Fato que se deu segundo diversos fatores. Contudo, se faz alusão neste momento que a atenção dos governantes deste período se voltaram para o ensino secundário e superior.

Era de interesse político e econômico da época, atender a industrialização, onde era necessária mão de obra especializada, para atender aos esforços da industrialização do país. Portanto, focaram no financiamento do ensino superior, pois o ensino primário não era o mais importante para as indústrias na sua gestão.

Conforme Paulino (2002), na época da ditadura, o regime militar não descuidou do ensino técnico e os cursos de formação técnica e de qualificação continuaram, além do reforço maior ao ensino secundário. O estudante tinha a possibilidade de se formar como técnico em alguma área ou seguir no ensino superior. No entanto, era necessário pensar em uma solução para o ensino primário, que continuava em segundo plano. O analfabetismo era muito presente. O sistema industrial e urbano ao qual todos almejavam não era acessível à sociedade iletrada. Criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na tentativa de solucionar o problema, mas foi fortemente criticado, pois o sistema ensinava os alunos a ler e escrever para atender a demanda industrial e não dava importância à uma formação consistente para autonomia do sujeito. Sendo assim, a educação no período da ditadura, não obtiveram transformações consideráveis.

No período de governo do General Emílio Medici, houve uma reforma educacional que visava a profissionalização do ensino de segundo grau, com o objetivo de atender às demandas do mercado de trabalho decorrentes do "milagre econômico". Essa reforma, estabelecida pela Lei nº 5.692/71, unificou os ensinos primário e ginásial em um ensino de primeiro grau de oito anos e dividiu o antigo curso secundário em dois ciclos: um ciclo básico de dois anos e um ciclo profissionalizante.

Em todo o país, o curso tecnológico tinha como objetivo qualificar as pessoas para saírem das escolas com habilidades técnicas para atender a demanda das indústrias e da construção civil. A ideia era considerável, mas não durou muito tempo. Na época não haviam muitos professores qualificados e faltavam equipamentos para a prática e ensinamento das técnicas. Por este motivo, logo a obrigatoriedade da formação profissional no 2º grau passou a ser livre e não obrigatória.

Em 1962 surge um decreto no estado de São Paulo que deu origem ao Ginásio Vocacional Osvaldo Aranha. A proposta, baseada na obra de Emmanuel Mounier (filósofo francês), almejava formar alunos capazes de se reconhecer como agentes transformadores do mundo. Os primeiros ginásios foram estabelecidos nas cidades paulistas de São Paulo, Americana e Batatais e os objetivos de cada um foram estabelecidos de acordo com as características das cidades. O de São Paulo, com ideias cosmopolita; o de Americana, industrial e o de Batatais, com caráter agropecuário. Embora houvessem três áreas distintas, todos os colégios possuíam disciplinas comuns nas áreas de práticas agrícolas, práticas comerciais, artes plásticas e rotinas domésticas.

Neste processo os alunos adquiriam muita autonomia, pois estas instituições pregavam liberdade, criticidade e sociabilidade. Nestes ginásios estudavam, juntos, os filhos de

bancários e os filhos de comunidades pobres. Não havia discriminação de classes porque todos usavam o mesmo uniforme e recebiam o mesmo tratamento por parte dos educadores. (BECHARIA, 1967).

Segundo Becharia (1967), nas aulas de educação doméstica eles aprendiam a pregar botão, cozinhar, lavar roupa, cuidar de bebês, entre outros afazeres. Na educação comercial eles aprendiam a preencher cheques e documentos comerciais. Existiu neste ginásio uma professora, cujo nome era Celeste. Ela foi muito citada quanto a sua didática porque promovia rodas de discussões sobre temáticas variadas, onde todos tinham a possibilidade de se posicionar. (CASAMURU, 1967)

Nos anos 1990, a formação profissional entendida como necessária ao novo trabalhador (de um início de uma era digital) supera a ideia da formação ligada exclusivamente ao posto de trabalho para atender uma formação mais generalista, que permita ao trabalhador adaptar-se a diversas possibilidades de trabalho em ambientes mais flexíveis. Nesse sentido, organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), que financiam projetos sociais em países da América Latina e Caribe, mostram textualmente a importância que atribuem à educação básica e apontam para a necessidade de uma formação mais polivalente, adaptável aos novos modelos de organização produtiva flexível.

A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos inclui um nível básico de competência em áreas gerais tais como as habilidades verbais, computacionais, comunicacionais e a resolução de problemas. Essas competências podem ser aplicadas a uma grande variedade de empregos e permitir as pessoas adquirir habilidades e conhecimentos específicos orientados para o trabalho, quando estiverem no local de trabalho. Em geral esse nível básico inclui cerca de oito anos de escolaridade. De fato, em alguns países, o primeiro ciclo de educação secundária está sendo combinado com a educação de primeiro grau para conformar uma etapa de educação obrigatória conhecida como “educação básica”. (BM, 1995, p. 63).

A reforma curricular ocorrida na década de 1990, pautou-se numa formação humana baseada no *saber fazer*, que dispensa grandes conhecimentos teóricos, pois o currículo centralizou-se na noção de competência como modal da formação da força produtiva. Significa dizer que a prática se torna a referência do início e do fim do processo educativo, melhor adaptando o futuro trabalhador as novas formas de produção flexível. Esse modelo exige formação genérica e polivalente que insira o jovem no mundo da tecnologia e que consiga acompanhar as evoluções promovidas pelo avanço da tecnologia.

Sadri (2008, p. 267) defende que os avanços tecnológicos garantidos pelas intensas pesquisas promoveram uma espécie de “revolução do conhecimento”. As

reformas do currículo abarcadas nos PCNEM (1999, p. 15) indicam que o avanço da informática deve ser acompanhado pela educação básica, pois “é possível afirmar que, nas próximas décadas, a educação vá se transformar mais rapidamente do que muitas outras, em função de uma nova compreensão teórica do papel da escola, estimulada pela incorporação das novas tecnologias.”

No ano de 1996, finalmente foi sancionada a Lei Federal nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), dispondo em seu Art. 39 que a “educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” (BRASIL, 1996). Essa concepção, advinda dos documentos legais em vigor, atribui uma nova identificação à educação profissional, marcada pela superação do preconceito social que a desvalorizava.

Na LDBN, a Educação Profissional passa a integrar a Educação Básica, como modalidade do Ensino Médio.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve uma reformulação na educação profissional por meio do Decreto nº 2.208/1997, assentado na noção da pedagogia das competências. Esse Decreto separava a educação profissional do ensino propedêutico.

O Decreto nº 2.208/1997 regulamenta o parágrafo 2º do Art. 36 e os Artigos 39 a 42 da LDBEN, Lei nº 9.394/1996. Como já foi dito, separou o ensino técnico do propedêutico, o que significa dizer que a conquista de uma educação unitária aprovada na LDBEN n. 9.394/1996 já sofrera sua primeira mudança. Pela determinação do MEC, não poderiam mais ser ofertados cursos de Ensino Médio integrados à educação profissional. No Art. 5º do Decreto nº 2.208/1997, retoma-se a dualidade histórica da educação brasileira, o que em certa medida perpetua a divisão social do trabalho, visto que pela educação propedêutica, prepara-se para a intelectualidade, e pela educação profissional, prepara-se o jovem para o ingresso no mercado de trabalho. Textualmente, assevera: “A educação profissional que prepara o jovem para ingressar no mundo do trabalho, educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

Portanto, é possível observar que no governo de FHC todos os níveis de ensino tiveram evolução positiva, mas especificamente o Ensino Fundamental I e II. Nesse período, várias medidas foram implantadas, tendo como meta o desenvolvimento de um modelo específico de educação profissional. Contribuíram com as metas de desenvolvimento o Decreto nº 2.208/1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Parecer do Conselho Nacional de Educação no 16/1999 e Resolução do Conselho Nacional de Educação no 04/1999). (BRASIL, 2001).

A Educação Técnica começa a se distanciar do ensino médio conforme o Art 5º do decreto 2208/1997, onde se determina que a educação de nível técnico terá um currículo próprio, ou seja, uma organização curricular independente do ensino médio, podendo até ser concomitante ou sequencial. Portanto, fica visível o interesse na ruptura com o que já vinha sendo executado na maior parte das escolas federais do Brasil. Este decreto foi muito criticado. Estas ações de mudanças na legislação poderiam ampliar a quantidade de pessoas formadas em um curto espaço de tempo, atendendo a demanda do setor produtivo e econômico, entretanto, seria uma espécie de educação imediatista e conteudista, com ausência de pensamento crítico e autônomo. Neste cenário educacional surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Parecer do Conselho Nacional de Educação no 16/1999 e Resolução do Conselho Nacional de Educação no 04/1999). (BRASIL, 2001).

O Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, organiza as diretrizes curriculares nacionais, contendo um conjunto de princípios, critérios, definições de competências profissionais gerais do ensino técnico, de acordo com a área profissional a que pertence, bem como procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas, na organização e no planejamento deste ensino, como trata o Parecer CNE/CEB nº 16/99, que fundamenta a Resolução CNE/CEB nº 04/99, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Nível Técnico.

Tal marco regulatório é necessário, em conformidade com o referido Parecer, tendo em vista que: o mundo do trabalho está se alterando contínua e profundamente, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por área. Torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade, ao longo de sua vida produtiva (BRASIL, 1999, p. 13).

As Diretrizes versam sobre as mudanças ocorridas na formação técnica e profissionalizante que são: “A educação profissional instituída pelos artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/1996, atualmente, encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004.”

No ano 2000, surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação, que tinha a educação como algo emancipador. No sentido de expandir o ensino profissionalizante, em 29 de dezembro de 2008, com a Lei n. 11.892, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes institutos formam pessoas do nível médio, graduação e pós-graduação. No início desta política educacional, já havia a disponibilidade de mais de 11 mil cursos.

Outra característica importante dos institutos federais é a sua inserção nos locais em que estão instalados. Conforme a demanda de desemprego e falta de mão de obra qualificadas, novos cursos vão sendo implantados nos polos nacionais. (ANDRADE, 2019)

No período de 2011 a 2014 a presidenta Dilma Rousseff foi eleita e umas das suas ações para o cenário educacional foi a criação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que visa nortear as ações educacionais dos governos municipal, estadual e federal durante a década de vigência (2014-2024), a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) que passa a ser decenal, diferentemente do ocorrido nos outros governos. Sendo assim, o plano ultrapassaria o governo em questão prevalecendo sobre os Planos Plurianuais (PPA's).

Criou-se, também, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Programa que oferta cursos parciais ou integrais em cursos técnico e de formação inicial ou continuada em instituições privadas ou públicas.

Em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma assume o governo, seu vice Michel Temer, que possuía clara intenção de modificar as políticas propostas por Dilma Rousseff em que praticava várias propostas legais descritas na Constituição de 1988, além das várias conquistas em diversos setores tais como o social. No governo de Michel Temer criou-se a lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, definindo que a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e deverão contemplar um mínimo de duzentos dias letivos de trabalho escolar, sem contar o tempo reservado para os exames finais.

I- Formação técnica e profissional

§ 5º os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais de um itinerário formativo do que trata o caput.

Esta nova lei busca a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivo garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas da realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas, complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa foi possível verificar que o trabalho favoreceu a possibilidade de um conhecimento detalhado do cenário educacional brasileiro, através de uma abordagem qualitativa e descritiva de estudos bibliográficos, revisão literária e das legislações

educacionais. Os estudos levam a uma viagem na linha do tempo, desde a chegada dos jesuítas ao Brasil, dando os primeiros passos para o desenvolvimento educacional brasileiro, passando por várias lutas, diretrizes e políticas que se voltaram fortemente para o cenário educacional de ofício, profissional e técnico.

Este processo se estendeu em ritmo lento, com avanços e retrocessos, mas trouxe grandes transformações no cenário educacional, ainda que esteja aquém dos países desenvolvidos. No entanto, é relevante destacar que em termo de elaboração de leis, o Brasil costuma ser produtivo, e são inegáveis a importância delas para resguardar o direito à educação, bem como os benefícios dela resultantes.

Contudo, compreende-se que a participação do Estado no desenvolvimento e manutenção da educação demorou a ocorrer efetivamente e existem falhas no cumprimento integral das leis vigentes. Quanto às escolas de ofício, com marco em 1909, que deram origem à educação profissionalizante e tecnológica, fica claro que os investimentos tiveram influência do desenvolvimento industrial no Brasil. O governo brasileiro, a priori, na intenção de dar uma formação técnica profissional às crianças e adolescentes das classes mais pobres, tentando habituá-los à rotina de trabalho e tirá-los das ruas, dos riscos de delinquência e criminalidade acabaram por gerar políticas da rede de educação profissional e tecnológica, já que as qualificações atenderam ao mercado de trabalho. Sendo assim, o número de escolas profissionais cresceu por toda federação.

As políticas públicas brasileiras se encontram em constantes transformações e necessitam de avanços mais significativos relação à autonomia e emancipação social. Mas é importante reconhecer que existe um cenário educacional bem consolidado, no qual a educação e o acesso estão cada vez mais presentes na realidade de todas as classes sociais principalmente as marginalizadas. Não se alcançou a equidade desejada, quanto ao acesso e permanência no ensino, considerando que desde o período jesuítico já havia a necessidade da escolarização para todos. Porém, cada período trouxe sua contribuição ao cenário educacional contemporâneo, que continua a busca por melhoria na qualidade da educação e por garantia de direitos através das diretrizes, bases educacionais e políticas públicas. O objetivo da educação deve ser o de favorecer ao educando a formação plena desde a educação básica formação técnica ou superior de modo que é inegável que a educação e a formação profissional são indissociáveis.

A política de implementação de escolas de ensino profissional no Brasil foi desenvolvida a pouco mais de um século. Hoje, 110 anos depois, estas escolas são reconhecidas como um marco importante na educação profissional do Brasil, pois foi a partir delas que surgiram uma rede de educação profissional e tecnológica ligada ao Ministério da Educação. A quantidade destas escolas aumentou muito chegando a um total de 644 *campis* nos anos 2000. (ANDRADE, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. Percurso histórico do ensino profissional no Brasil – da Colônia ao início do século XXI. *Revista Espaço Acadêmico*, n.448, 2021.

BRASIL. Documentos Parlamentares. Anexos dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Rio de Janeiro, 1823. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222325>.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 2014. Porto Alegre, RS: Penso.

FERREIRA Jr., Amarilio. História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2010.

IGLESIAS, Francisco. **Constituintes e constituições brasileiras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KANG, Thomas H. **Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS. 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

LIMA, L. O. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

JORGE. O que é historia da educação. **Conhecimento gerais**, 12 ago, 2024. Disponível em: [O Que é História Da Educação: Entenda Sua Evolução](#). Acesso em 09 jun. 2025.

MARINHO, Maria Adélia da Silva. **Memórias do Liceu: Notas para os 150 Anos de História do Liceu do Ceará**. 1995. Sem Numeração. Universidade Estadual do Ceará, 1995. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=6828> Acesso em: 5 mar.2023.

MARQUES, Sandra Machado Lunardi. **Contribuição ao estudo dos Ginásios Vocacionais do Estado de São Paulo: o Ginásio Vocacional “Chanceler Raul Fernandes” de Rio Claro**. Dissertação (Mestrado). PUC-SP, São Paulo, 1985.

MARTINS, Vicente de Paula da Silva. **Constituição e educação: análise evolutiva da educação na organização constitucional do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

MARTINS, Heloisa T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Em Foco: Pesquisa sociológica e metodologia qualitativa**. Educ. Pesqui. V. 30 n.2. Ago 2004. In: O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia de Seignot-Planchet, 1833-1892; 1896. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=302295>. Acesso em: 12 jun. 2022.

Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim: De recolhido a assalariado*. Universidade Federal da Bahia, 1996.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em 16 mar 2023.

MÜLLER, Meire T. O Senai e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. 40, p. 189-211, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639814/7377> Acesso em: 19 abr. 2020.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue B. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Educação e sociedade na Assembleia Constituinte de 1946**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1990

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. ADRIÃO, Thereza Maria de Freitas (Org.). **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã. 2002.

PAULINO, Ana Flavia Borges *et al.* **A educação no estado militar**. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

PERES, Tírsia Regazzini Peres. **Educação Brasileira no Império**. Unesp, 2005.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. 20 ed. Campinas: Autores Associados, 2007. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71**. In: GARCIA, Walter (Org.) *Educação brasileira contemporânea*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976. p.174-194.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Fundação Getúlio Vargas, 2000. Disponível em: <http://www.Schwartzman.org.br/simon/Capanema/introdc.htm> Acesso em: jun.2022.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 2011, p. 119.

SILVA, Daniel Neves. **Era Vargas. Brasil Escola**. Disponível em: *Era Vargas: resumo, características, mapa mental e exercícios* (uol.com.br).

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma: a legislação como fonte de análise da política educacional**. In: IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 4. Natal, 2006a. Comunicação oral. Artigo completo. CD-ROM.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Poder político e educação de elite**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

WIEDEMANN, Samuel Carlos. **A Educação Profissional no Brasil e os limites e possibilidades da educação integral no Ensino Médio integrado no Instituto Federal do Paraná**. Dissertação de Doutorado. Universidade Tuiuti do Paraná. 2018.